

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco, Silvana Guimarães

Prefeitura Municipal de Curitiba do Estado do Paraná

CURITIBA-PR

Profissional do Magistério – Docência II

Área: Geografia

FV014-19



Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se
você conhece algum caso de “pirataria” de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura Municipal de Curitiba do Estado do Paraná

Profissional do Magistério - Docência II - Área: Geografia

Edital Nº 4/2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Legislação - Elaboração Interna

Conhecimentos Específicos - Profª Silvana Guimarães

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina

Erica Duarte

Leandro Filho

DIAGRAMAÇÃO

Elaine Cristina

Thais Regis

Danna Silva

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e Interpretação de Texto As questões de compreensão e interpretação visam a averiguar a capacidade do candidato, quanto à (ao): Apreensão do significado global dos textos. Estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais. Reconhecimento das ideias principais e secundárias. Dedução de ideias e pontos de vista implícitos nos textos. Captação da linha argumentativa do autor. Diferenciação entre fatos e opiniões. Reconhecimento das diferentes “vozes” dentro de um texto. Identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos. Análise dos textos do ponto de vista da unidade temática e estrutural. Reconhecimento da natureza dominante de um texto quanto ao gênero (conto, artigo, carta etc.), ao tipo (dissertativo, descritivo, narrativo etc.), ao registro (formal, informal), à variedade (padrão, não-padrão) e à modalidade (oral, escrita).....	01
Aspectos Gramaticais e Ortográficos As questões sobre fatos da língua visam a aferir a capacidade do candidato de: Reflexão e análise sobre o funcionamento linguístico. Estabelecer relações entre os fenômenos gramaticais de diferentes tipos. Reconhecimento da função desempenhada por diferentes recursos gramaticais no texto, nos níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e textual/discursivo. Adequação de usos linguísticos ao contexto. Domínio da variedade padrão escrita.	35
Raciocínio Lógico Verbal Com base em leitura de textos de português, as questões de raciocínio lógico verbais avaliarão: Apreensão de ambiguidades provocadas por fenômenos lexicais/vocabulares ou sintáticos de frases. Reconhecimento de relações inferenciais de significado entre sentenças (acarretamento, pressuposição implicatura). Reconhecimento de significados implícitos motivados por expressões de quantidade. Identificação de relações semânticas entre sentenças provocadas por conjunções/conectores frasais.....	35

LEGISLAÇÃO

Lei Federal nº 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente: Título I – Das Disposições Preliminares. Capítulo II – Do Direito à liberdade, ao respeito e à Dignidade. Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.....	01
Lei Federal nº 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Artigos 2º, 3º, 4º, 11, 12, 13, 14, 18, 21, 22, 58, 59 e 61.....	11
Resolução nº 04/10 CNE/CEB. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.....	14
Resolução nº 04/09 – CNE/CEB. Institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Especial.....	28
Resolução nº 03/10 - CNE/CEB. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos.....	31
Resolução nº 01/04 – CNE/CP. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.....	33
Decreto Federal nº 6949/2009. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência - “Promulga a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007”.....	35
Lei Brasileira nº13.416/2015 de Inclusão da pessoa com Deficiência.....	54
Lei 11645/08. Educação Étnico raciais.....	55
Lei 10639/03. Educação indígena.....	55

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos teórico-metodológicos da área de Geografia: A história do pensamento geográfico no Brasil. Evolução da Geografia Escolar no Brasil. Metodologias de ensino da Geografia.	01
Cartografia: Localização e orientação. Formas de representação (projeções, mapas temáticos e gráficos). Elementos da linguagem cartográfica. Sistema de referência (coordenadas geográficas). Escalas. Fusos horários.	06
Regionalização: formas de organização do espaço geográfico nacional e mundial. Conceitos de: fronteira, lugar, espaço, paisagem, região e território.....	17
Urbanização e industrialização: Fatores de localização industrial. Tipos de indústria. A indústria no Brasil. Evolução das cidades. Rede e hierarquia urbana.	21
Espaço agrário mundial e brasileiro: Revolução Verde. Êxodo rural. Estrutura fundiária no Brasil. Sistemas agropecuários e modernização da agricultura. Relações de trabalho e conflitos no campo.....	27
Problemas ambientais: globais, urbanos e rurais.....	30
Teorias demográficas: crescimento, distribuição e estrutura da população. dinâmica populacional.	33
A globalização e a organização do território em diferentes escalas.....	37
Blocos econômicos e comércio mundial.....	44
Elementos formadores da paisagem: relevo, hidrografia, clima e vegetação nos diferentes espaços.....	45
Geografia do Paraná: aspectos físicos e humanos. Localização geográfica, organização espacial e atividades econômicas	49

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e Interpretação de Texto As questões de compreensão e interpretação visam a averiguar a capacidade do candidato, quanto à (ao): Apreensão do significado global dos textos. Estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais. Reconhecimento das ideias principais e secundárias. Dedução de ideias e pontos de vista implícitos nos textos. Captação da linha argumentativa do autor. Diferenciação entre fatos e opiniões. Reconhecimento das diferentes “vozes” dentro de um texto. Identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos. Análise dos textos do ponto de vista da unidade temática e estrutural. Reconhecimento da natureza dominante de um texto quanto ao gênero (conto, artigo, carta etc.), ao tipo (dissertativo, descritivo, narrativo etc.), ao registro (formal, informal), à variedade (padrão, não-padrão) e à modalidade (oral, escrita).....	01
Aspectos Gramaticais e Ortográficos As questões sobre fatos da língua visam a aferir a capacidade do candidato de: Reflexão e análise sobre o funcionamento linguístico. Estabelecer relações entre os fenômenos gramaticais de diferentes tipos. Reconhecimento da função desempenhada por diferentes recursos gramaticais no texto, nos níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e textual/discursivo. Adequação de usos linguísticos ao contexto. Domínio da variedade padrão escrita.	35
Raciocínio Lógico Verbal Com base em leitura de textos de português, as questões de raciocínio lógico verbais avaliarão: Apreensão de ambiguidades provocadas por fenômenos lexicais/vocabulares ou sintáticos de frases. Reconhecimento de relações inferenciais de significado entre sentenças (acarretamento, pressuposição implicatura). Reconhecimento de significados implícitos motivados por expressões de quantidade. Identificação de relações semânticas entre sentenças provocadas por conjunções/conectores frasais.	35

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO AS QUESTÕES DE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO VISAM A AVERIGUAR A CAPACIDADE DO CANDIDATO, QUANTO À (AO): APREENSÃO DO SIGNIFICADO GLOBAL DOS TEXTOS. ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTERTEXTUAIS. RECONHECIMENTO DAS IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS. DEDUÇÃO DE IDEIAS E PONTOS DE VISTA IMPLÍCITOS NOS TEXTOS. CAPTAÇÃO DA LINHA ARGUMENTATIVA DO AUTOR. DIFERENCIAÇÃO ENTRE FATOS E OPINIÕES. RECONHECIMENTO DAS DIFERENTES "VOZES" DENTRO DE UM TEXTO. IDENTIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO DE PALAVRAS, EXPRESSÕES OU ESTRUTURAS FRASAIS EM DETERMINADOS CONTEXTOS. ANÁLISE DOS TEXTOS DO PONTO DE VISTA DA UNIDADE TEMÁTICA E ESTRUTURAL. RECONHECIMENTO DA NATUREZA DOMINANTE DE UM TEXTO QUANTO AO GÊNERO (CONTO, ARTIGO, CARTA ETC.), AO TIPO (DISSERTATIVO, DESCRITIVO, NARRATIVO ETC.), AO REGISTRO (FORMAL, INFORMAL), À VARIEDADE (PADRÃO, NÃO-PADRÃO) E À MODALIDADE (ORAL, ESCRITA).

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma informação que se liga com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de *contexto*. O relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se *intertexto*.

Interpretação de texto - o objetivo da interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias (ou fundamentações), as argumentações (ou explicações), que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, em uma prova, o candidato deve:

- **Identificar** os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
- **Comparar** as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
- **Comentar/relacionar** o conteúdo apresentado com uma realidade.
- **Resumir** as ideias centrais e/ou secundárias.
- **Parafrasear** = reescrever o texto com outras palavras.

1. Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários: conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática; conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico; capacidade de observação e de síntese; capacidade de raciocínio.

2. Interpretar/Compreender

Interpretar significa:

Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.

Através do texto, infere-se que...

É possível deduzir que...

O autor permite concluir que...

Qual é a intenção do autor ao afirmar que...

Compreender significa

Entendimento, atenção ao que realmente está escrito.

O texto diz que...

É sugerido pelo autor que...

De acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...

O narrador afirma...

3. Erros de interpretação

- **Extrapolação** ("viagem") = ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.
- **Redução** = é o oposto da extrapolção. Dá-se atenção apenas a um aspecto (esquecendo que um texto é um conjunto de ideias), o que pode ser insuficiente para o entendimento do tema desenvolvido.
- **Contradição** = às vezes o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errar a questão.

Observação:

Muitos pensam que existem a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas em uma prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

São muitos os erros de coesão no dia a dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele, do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

que (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

qual (neutro) idem ao anterior.

quem (pessoa)

cujo (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

como (modo)

onde (lugar)

quando (tempo)

quanto (montante)

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

4. Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Leia todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto. Se ele for longo, não desista! Há muitos candidatos na disputa, portanto, quanto mais informação você absorver com a leitura, mais chances terá de resolver as questões.

- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura.

- Leia o texto, pelo menos, duas vezes – ou quantas forem necessárias.

- Procure fazer inferências, deduções (chegar a uma conclusão).

- **Volte ao texto quantas vezes precisar.**

- **Não permita que prevaleçam suas ideias sobre as do autor.**

- Fragmente o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão.

- **Verifique, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão.**

- O autor defende ideias e você deve percebê-las.

- Observe as relações interparágrafos. Um parágrafo geralmente mantém com outro uma relação de continuação, conclusão ou falsa oposição. Identifique muito bem essas relações.

- Sublinhe, em cada parágrafo, o tópico frasal, ou seja, a ideia mais importante.

- **Nos enunciados, grife palavras como "correto" ou "incorreto", evitando, assim, uma confusão na hora da resposta** – o que vale não somente para Interpretação de Texto, mas para todas as demais questões!

- Se o foco do enunciado for o tema ou a ideia principal, leia com atenção a introdução e/ou a conclusão.

- Olhe com especial atenção os pronomes relativos, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., chamados *vocábulos relatores*, porque remetem a outros vocábulos do texto.

SITES

<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>

<http://portuguesemfoco.com/pf/09-dicas-para-melhorar-a-interpretacao-de-textos-em-provas>

<http://www.portuguesnarede.com/2014/03/dicas-para-voce-interpretar-melhor-um.html>

<http://vestibular.uol.com.br/cursinho/questoes/questao-117-portugues.htm>



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (PCJ-MT – Delegado Substituto – Superior – Cespe – 2017)

Texto CG1A1AAA

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desiguala-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

Cármen Lúcia Antunes Rocha. Comentário ao artigo 3.º. In: 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

Compreende-se do texto CG1A1AAA que o ser humano tem direito

- a) de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies.
- b) de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses.
- c) de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos.
- d) à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros.
- e) a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

Resposta: Letra E. O ser humano tem direito a uma vida digna, adequada, para que consiga gozar de seus direitos – saúde, educação, segurança – e exercer seus deveres plenamente, como prescrevem todos os direitos: (...) O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam (...).

2. (PCJ-MT – Delegado Substituto – Superior – Cespe – 2017)

Texto CG1A1BBB

Segundo o parágrafo único do art. 1.º da Constituição da República Federativa do Brasil, “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juízes emana do povo e em seu nome é exercido. A forma de sua investidura é legitimada pela compatibilidade com as regras do Estado de direito e eles são, assim, autênticos agentes do poder popular, que o Estado polariza e exerce. Na Itália, isso é constantemente lembrado, porque toda sentença é dedicada (intestata) ao povo italiano, em nome do qual é pronunciada.

Cândido Rangel Dinamarco. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 195 (com adaptações).

Conforme as ideias do texto CG1A1BBB,

- a) o Poder Judiciário brasileiro desempenha seu papel com fundamento no princípio da soberania popular.
- b) os magistrados do Brasil deveriam ser escolhidos pelo voto popular, como ocorre com os representantes dos demais poderes.
- c) os magistrados italianos, ao contrário dos brasileiros, exercem o poder que lhes é conferido em nome de seus nacionais.
- d) há incompatibilidade entre o autogoverno da magistratura e o sistema democrático.
- e) os magistrados brasileiros exercem o poder constitucional que lhes é atribuído em nome do governo federal.

Resposta: Letra A. A questão deve ser respondida segundo o texto: (...) “*Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*” Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juízes emana do povo e em seu nome é exercido (...).

3. (PCJ-MT – DELEGADO SUBSTITUTO – SUPERIOR – CESPE – 2017 – ADAPTADA) No texto CG1A1BBB, o vocábulo ‘emana’ foi empregado com o sentido de

- a) trata.
- b) provém.
- c) manifesta.
- d) pertence.
- e) cabe.

Resposta: Letra B. Dentro do contexto, “emana” tem o sentido de “provém”.

TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL

A todo o momento nos deparamos com vários textos, sejam eles verbais ou não verbais. Em todos há a presença do discurso, isto é, a ideia intrínseca, a essência daquilo que está sendo transmitido entre os interlocutores. Estes interlocutores são as peças principais em um diálogo ou em um texto escrito.

É de fundamental importância sabermos classificar os textos com os quais travamos convivência no nosso dia a dia. Para isso, precisamos saber que existem **tipos textuais e gêneros textuais**.

Comumente relatamos sobre um acontecimento, um fato presenciado ou ocorrido conosco, expomos nossa opinião sobre determinado assunto, descrevemos algum lugar que visitamos, fazemos um retrato verbal sobre alguém que acabamos de conhecer ou ver. É exatamente nessas situações corriqueiras que classificamos os nossos textos naquela tradicional **tipologia: Narração, Descrição e Dissertação**.

As tipologias textuais se caracterizam pelos aspectos de ordem linguística

Os tipos textuais designam uma sequência definida pela natureza linguística de sua composição. São observados aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas. Os tipos textuais são o *narrativo, descritivo, argumentativo/dissertativo, injuntivo e expositivo*.

A) Textos narrativos – constituem-se de verbos de ação demarcados no tempo do universo narrado, como também de advérbios, como é o caso de *antes, agora, depois*, entre outros: *Ela entrava em seu carro quando ele apareceu. Depois de muita conversa, resolveram...*

B) Textos descritivos – como o próprio nome indica, descrevem características tanto físicas quanto psicológicas acerca de um determinado indivíduo ou objeto. Os tempos verbais aparecem demarcados no presente ou no pretérito imperfeito: *"Tinha os cabelos mais negros como a asa da graúna..."*

C) Textos expositivos – Têm por finalidade explicar um assunto ou uma determinada situação que se almeje desenvolvê-la, enfatizando acerca das razões de ela acontecer, como em: *O cadastramento irá se prorrogar até o dia 02 de dezembro, portanto, não se esqueça de fazê-lo, sob pena de perder o benefício.*

D) Textos injuntivos (instrucional) – Trata-se de uma modalidade na qual as ações são prescritas de forma sequencial, utilizando-se de verbos expressos no imperativo, infinitivo ou futuro do presente: *Misture todos os ingredientes e bata no liquidificador até criar uma massa homogênea.*

E) Textos argumentativos (dissertativo) – Demarcam-se pelo predomínio de operadores argumentativos, revelados por uma carga ideológica constituída de argumentos e contra-argumentos que justificam a posição assumida acerca de um determinado assunto: *A mulher do mundo contemporâneo luta cada vez mais para conquistar seu espaço no mercado de trabalho, o que significa que os gêneros estão em complementação, não em disputa.*

1. Gêneros Textuais

São os textos materializados que encontramos em nosso cotidiano; tais textos apresentam características sócio-comunicativas definidas por seu estilo, função, composição, conteúdo e canal. Como exemplos, temos: *receita culinária, e-mail, reportagem, monografia, poema, editorial, piada, debate, agenda, inquérito policial, fórum, blog, etc.*

A escolha de um determinado gênero discursivo depende, em grande parte, da **situação de produção**, ou seja, a finalidade do texto a ser produzido, quem são os locutores e os interlocutores, o meio disponível para veicular o texto, etc.

Os gêneros discursivos geralmente estão ligados a **esferas de circulação**. Assim, na *esfera jornalística*, por exemplo, são comuns gêneros como *notícias, reportagens, editoriais, entrevistas* e outros; na *esfera de divulgação científica* são comuns gêneros como *verbete de dicionário* ou *de enciclopédia, artigo* ou *ensaio científico, seminário, conferência*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEREJA, Wiliam Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português linguagens: volume 1* – 7.ª ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

CAMPEDELLI, Samira Yousseff, SOUZA, Jésus Barbosa. *Português – Literatura, Produção de Textos & Gramática – volume único* – 3.ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

SITE

Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/redacao/tipologia-textual.htm>>

LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL

O que é linguagem? É o uso da língua como forma de expressão e comunicação entre as pessoas. A linguagem não é somente um conjunto de palavras faladas ou escritas, mas também de gestos e imagens. Afinal, não nos comunicamos apenas pela fala ou escrita, não é verdade?

Então, *a linguagem pode ser verbalizada, e daí vem a analogia ao verbo*. Você já tentou se pronunciar sem utilizar o verbo? Se não, tente, e verá que é impossível se ter algo fundamentado e coerente! Assim, a linguagem verbal é a que utiliza palavras quando se fala ou quando se escreve.

A linguagem pode ser não verbal, ao contrário da verbal, não utiliza vocábulo, palavras para se comunicar. O objetivo, neste caso, não é de expor verbalmente o que se quer dizer ou o que se está pensando, mas se utilizar de outros meios comunicativos, como: *placas, figuras, gestos, objetos, cores, ou seja, dos signos visuais*.

Vejamos: *um texto narrativo, uma carta, o diálogo, uma entrevista, uma reportagem no jornal escrito ou televisado, um bilhete?* = **Linguagem verbal!**

Agora: *o semáforo, o apito do juiz numa partida de futebol, o cartão vermelho, o cartão amarelo, uma dança, o aviso de "não fume" ou de "silêncio", o bocejo, a identificação de "feminino" e "masculino" através de figuras na porta do banheiro, as placas de trânsito?* = **Linguagem não verbal!**

ÍNDICE

LEGISLAÇÃO

Lei Federal nº 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente: Título I – Das Disposições Preliminares. Capítulo II – Do Direito à liberdade, ao respeito e à Dignidade. Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.....	01
Lei Federal nº 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Artigos 2º, 3º, 4º, 11, 12, 13, 14, 18, 21, 22, 58, 59 e 61.....	11
Resolução nº 04/10 CNE/CEB. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.....	14
Resolução nº 04/09 – CNE/CEB. Institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Especial.....	28
Resolução nº 03/10 - CNE/CEB. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos.....	31
Resolução nº 01/04 – CNE/CP. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.....	33
Decreto Federal nº 6949/2009. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência - "Promulga a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007".....	35
Lei Brasileira nº13.416/2015 de Inclusão da pessoa com Deficiência.....	54
Lei 11645/08. Educação Étnico raciais.....	55
Lei 10639/03. Educação indígena.....	55

LEI FEDERAL Nº 8.069/1990. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. CAPÍTULO II – DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE. CAPÍTULO IV – DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE A AO LAZER.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069/90

1. Noções introdutórias e disciplina constitucional

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI - estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

§ 8º A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

No caput do artigo 227, CF se encontra uma das principais diretrizes do direito da criança e do adolescente que é o princípio da prioridade absoluta. Significa que cada criança e adolescente deve receber tratamento especial do Estado e ser priorizado em suas políticas públicas, pois são o futuro do país e as bases de construção da sociedade.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, seguindo em seus dispositivos a ideologia do princípio da absoluta prioridade.

No §1º do artigo 227 aborda-se a questão da assistência à saúde da criança e do adolescente. Do inciso I se depreende a intrínseca relação entre a proteção da criança e do adolescente com a proteção da maternidade e da infância, mencionada no artigo 6º, CF. Já do inciso II se depreende a proteção de outro grupo vulnerável, que é a pessoa portadora de deficiência, valendo lembrar que o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, foi promulgado após aprovação no Congresso Nacional nos moldes da Emenda Constitucional nº 45/2004, tendo força de norma constitucional e não de lei ordinária. A preocupação com o direito da pessoa portadora de deficiência se estende ao §2º do artigo 227, CF: “a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”.

A proteção especial que decorre do princípio da prioridade absoluta está prevista no §3º do artigo 227. Liga-se, ainda, à proteção especial, a previsão do §4º do artigo 227: “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

Tendo em vista o direito de toda criança e adolescente de ser criado no seio de uma família, o §5º do artigo 227 da Constituição prevê que “a adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros”. Neste sentido, a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, dispõe sobre a adoção.

A igualdade entre os filhos, quebrando o paradigma da Constituição anterior e do até então vigente Código Civil de 1916 consta no artigo 227, § 6º, CF: “os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

Quando o artigo 227 dispõe no § 7º que “no atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204” tem em vista a adoção de práticas de assistência social, com recursos da seguridade social, em prol da criança e do adolescente.

Por seu turno, o artigo 227, § 8º, CF, preconiza: “A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas”.

A Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Mais informações sobre a Política mencionada no inciso II e sobre a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude que direcionam a implementação dela podem ser obtidas na rede .

Aprofundando o tema, a cabeça do art. 227, da Lei Fundamental, preconiza ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A leitura do art. 227, caput, da Constituição Federal permite concluir que se adotou, neste país, a chamada “Doutrina da Proteção Integral da Criança”, ao lhe assegurar a absoluta prioridade em políticas públicas, medidas sociais, decisões judiciais, respeito aos direitos humanos, e observância da dignidade da pessoa humana. Neste sentido, o parágrafo único, do art. 5º, do “Estatuto da Criança e do Adolescente”, prevê que a garantia de prioridade compreende a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias (alínea “a”), a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública (alínea “b”), a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas (alínea “c”), e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (alínea “d”).

Ademais, a proteção à criança, ao adolescente e ao jovem representa incumbência atribuída não só ao Estado, mas também à família e à sociedade. Sendo assim, há se prestar bastante atenção nas provas de concurso, tendo em vista que só se costuma colocar o Estado como observador da “Doutrina da Proteção Integral”, sendo que isso também compete à família e à sociedade.

Nesta frequência, o direito à proteção especial abrangerá os seguintes aspectos (art. 227, §3º, CF):

- A idade mínima de dezesseis anos para admissão ao trabalho, salvo a partir dos quatorze anos, na condição de aprendiz (inciso I de acordo com o art. 7º, XXXIII, CF, pós-alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 20/98);
- A garantia de direitos previdenciários e trabalhistas (inciso II);
- A garantia de acesso ao trabalhador adolescente e jovem à escola (inciso III);
- A garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição do ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica (inciso IV);
- A obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa de liberdade (inciso V);
- O estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado (inciso VI);
- Programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins (inciso VII).

Prosseguindo, o parágrafo sexto, do art. 227, da Constituição, garante o “Princípio da Igualdade entre os Filhos”, ao dispor que os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Assim, com a Constituição Federal, os filhos não têm mais “valor” para efeito de direitos alimentícios e sucessórios. Não se pode falar em um filho receber metade da parte que originalmente lhe cabia por ser “bastardo”, enquanto aquele fruto da sociedade conjugal receber a quantia integral. Aliás, nem mesmo a expressão “filho bastardo” pode mais ser utilizada, por representar uma forma de discriminação designatória.

Também, o art. 229 traz uma “via de mão dupla” entre pais e filhos, isto é, os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Tal dispositivo, inclusive, permite que os filhos peçam alimentos aos pais, e que os pais peçam alimentos aos filhos.

Por fim, há se mencionar o acrescentado parágrafo oitavo (pela Emenda Constitucional nº 65/2010), ao art. 227, da Constituição Federal, segundo o qual a lei estabelecerá o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos

dos jovens (inciso I), e o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas (inciso II). Nada obstante a exigência constitucional desde 2010, somente bem recentemente o Estatuto da Juventude foi aprovado (Lei nº 12.852/2013), como visto acima, carecendo, ainda, o Plano Nacional de Juventude de maior regulamentação infraconstitucional.

2. Evolução histórica

Na Grécia antiga, a criança era colocada numa posição de inferioridade, tida como um ser irracional, sem capacidade de tomar qualquer tipo de decisão. Trata-se de marco da cultura grega, que enxergava apenas poucos homens de posses como cidadãos. Estes homens concentravam para si o pátrio poder, isto é, o poder do pai. Devido ao pátrio poder, o pai de família concentrava em suas mãos plena possibilidade de gerir a vida das crianças e adolescentes e estes não tinham nenhuma possibilidade de participar destas decisões. Na Idade Média se manteve o sistema do "pátrio poder". As crianças eram submetidas ao absoluto poder do pai e seus destinos seguiam a mesma sorte.

A partir da Idade Moderna, com o Renascimento e o Iluminismo, as crianças e os adolescentes saíram ligeiramente da margem social. A moral da época passa a impor aos pais o dever de educar seus filhos. Entretanto, a educação costumava ser oferecida apenas aos homens. Aqueles que possuíam melhores condições enviavam seus filhos para estudarem nas universidades que começavam a despontar na Europa, aqueles que possuíam condições piores ao menos passavam a ensinar seus ofícios a estes jovens. Já as meninas permaneciam marginalizadas das atividades educacionais e profissionalizantes, apenas lhes era ensinado como desempenhar atividades domésticas.

Desde o final da Revolução Francesa e, com destaque, a partir da Revolução Industrial, que alterou substancialmente os modos e métodos de produção, a criança e o adolescente passam a ocupar papel central na sociedade, desempenhando atividades trabalhistas de caráter equivalente a dos adultos. Foram vítimas de inúmeros acidentes de trabalho, morriam em meio à insalubridade das fábricas, então movidas predominantemente a carvão. Foi apenas com a emergência da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 1919, que aos poucos se consolidou uma consciência a respeito da necessidade de se limitar a participação das crianças e adolescentes no espaço de trabalho. Este foi o estopim para o reconhecimento da condição especial da criança e do adolescente.

Internacionalmente, a proteção efetiva da criança e do adolescente começa a tomar corpo com o reconhecimento internacional dos direitos humanos e a fundação da UNICEF. A UNICEF, inicialmente conhecida como Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças, foi criada em dezembro de 1946 para ajudar as crianças da Europa vítimas da II Guerra Mundial. No início da década de 50 o seu mandato foi alargado para responder às necessidades das crianças e das mães nos países em desenvolvimento. Em 1953, torna-se uma

agência permanente das Nações Unidas, e passa a ocupar-se especialmente das crianças dos países mais pobres da África, Ásia, América Latina e Médio Oriente. Passa então a designar-se Fundo das Nações Unidas para a Infância, mas mantém a sigla que a tornara conhecida em todo o mundo – UNICEF. Desde então, sobrevieram no âmbito das Nações Unidas documentos bastante relevantes sobre a condição jurídica peculiar da criança, já estudados neste material.

No Brasil, no final do século XIX e início do século XX, foi instituído no Rio de Janeiro o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, primeiro estabelecimento público nacional de atendimento a crianças e adolescentes. Em seguida, veio a Lei nº 4.242/1921, que autorizou o governo a organizar o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinquente. Em 1927 foi aprovado o primeiro Código de Menores. Em 1941, durante o governo Vargas, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor, cujo fim era dar tratamento penal teoricamente diferenciado aos menores (na prática, eram tratados como criminosos comuns). Em 1964 surge a Política Nacional do Bem-estar do Menor (Lei nº 4.513/1964), que criou a FUNABEM. Surge novo Código de Menores em 1979 (Lei nº 6.697), cujo objeto era a proteção e vigilância de crianças e adolescentes em situação irregular. Na década de 80 começa um movimento de reelaboração da concepção de infância e juventude. O destaque repercute na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que revogou o Código de Menores e substituiu a doutrina da situação irregular pela doutrina da proteção integral.

3. Relações jurídicas no direito da criança e do adolescente

"As relações jurídicas são formas qualificadas de relações interpessoais, indicando, assim, a ligação entre pessoas, em razão de algum objeto, devidamente regulada pelo direito. Desta forma, o Direito da Criança e do Adolescente, sob o aspecto objetivo e formal, representa a disciplina das relações jurídicas entre Crianças e Adolescentes, de um lado, e de outro, a família, a comunidade, a sociedade e o próprio Estado. [...] Percebemos que a intenção dos doutrinadores e do próprio legislador foi, sempre, criar uma doutrina da proteção integral não somente para a Criança, como, ainda, para o Adolescente, ambos ainda em desenvolvimento, posto que, somente com o término da adolescência é que o menor completará o processo de aquisição de mecanismos mentais relacionados ao pensamento, percepção, reconhecimento, classificação etc. [...] Com isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, sabiamente, se preocupou em envolver não somente a família, mas, ainda, a comunidade, a sociedade e o próprio Estado, para que todos, em conjunto, exerçam seus direitos e deveres sem oprimir aqueles que, em condição inferior, viviam a mercê da sociedade. Mas, qual a razão dessa inclusão tão abrangente? Pois bem, a intenção do Estatuto da Criança e do Adolescente foi conferir ao menor, de forma integral, todas as condições para que o mesmo possa desenvolver-se plenamente, evitando-se, com isso, que haja alguma deficiência em sua formação. Desta forma,

a melhor solução apresentada pelo legislador foi incluir todos os segmentos da sociedade, para que ninguém ficasse isento de qualquer responsabilidade, uma vez que a doutrina da proteção integral apresentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente exige a participação de todos, sem qualquer exceção". Com efeito, o objeto formal do direito da criança e do adolescente é a proteção jurídica especial da criança e do adolescente. Já o objeto material é a própria criança ou adolescente.

4. Princípios

Não se pode olvidar que os princípios sempre desempenham um importante papel social, mas foi somente na atual dogmática jurídica que eles adquiriram normatividade. Hoje em dia, os princípios servem para condensar valores, dar unidade ao sistema e condicionar a atividade do intérprete. Os princípios são normas jurídicas, não meros conteúdos axiológicos, aceitando aplicação autônoma.

Em resumo, a teoria dos princípios chega à presente fase do Pós-positivismo com os seguintes resultados já consolidados: a passagem dos princípios da especulação metafísica e abstrata para o campo concreto e positivo do Direito, com baixíssimo teor de densidade normativa; a transição crucial da ordem jusprivatista (sua antiga inserção nos Códigos) para a órbita juspublicística (seu ingresso nas Constituições); a suspensão da distinção clássica entre princípios e normas; o deslocamento dos princípios da esfera da jusfilosofia para o domínio da Ciência Jurídica; a proclamação de sua normatividade; a perda de seu caráter de normas programáticas; o reconhecimento definitivo de sua positividade e concretude por obra sobretudo das Constituições; a distinção entre regras e princípios, como espécies diversificadas do gênero norma, e, finalmente, por expressão máxima de todo esse desdobramento doutrinário, o mais significativo de seus efeitos: a total hegemonia e preeminência dos princípios.

No campo do direito da criança e do adolescente, alguns princípios assumem destaque, entre eles:

- a) Princípio da prioridade absoluta: previsto nos artigos 227, CF e 4º, ECA preconiza que é dever de todos – Estado, sociedade, comunidade e família – assegurar com absoluta prioridade direitos fundamentais às crianças e adolescentes. Por isso, estabelece-se com primazia a adoção de políticas públicas, a destinação de recursos e a prestação de serviços essenciais àqueles que se encontram na faixa etária inferior a 18 anos.
- b) Princípio da proteção integral: previsto no artigo 1º, ECA estabelece que a proteção da criança e do adolescente não pode se restringir às situações de irregularidade, o que teria um caráter estigmatizante, mas deve abranger todas as situações de vida pelas quais passa a criança e o adolescente, mesmo as regulares. Neste sentido, ao se assegurar direitos na regularidade, evita-se que a criança e o adolescente caiam em irregularidade.

- c) Princípio da dignidade da pessoa humana: A dignidade da pessoa humana é o valor-base de interpretação de qualquer sistema jurídico, internacional ou nacional, que possa se considerar compatível com os valores éticos, notadamente da moral, da justiça e da democracia. Pensar em dignidade da pessoa humana significa, acima de tudo, colocar a pessoa humana como centro e norte para qualquer processo de interpretação jurídico, seja na elaboração da norma, seja na sua aplicação.

Sem pretender estabelecer uma definição fechada ou plena, é possível conceituar dignidade da pessoa humana como o principal valor do ordenamento ético e, por consequência, jurídico que pretende colocar a pessoa humana como um sujeito pleno de direitos e obrigações na ordem internacional e nacional, cujo desrespeito acarreta a própria exclusão de sua personalidade.

Aponta Barroso: "o princípio da dignidade da pessoa humana identifica um espaço de integridade moral a ser assegurado a todas as pessoas por sua só existência no mundo. É um respeito à criação, independente da crença que se professe quanto à sua origem. A dignidade relaciona-se tanto com a liberdade e valores do espírito como com as condições materiais de subsistência".

O Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, do Tribunal Superior do Trabalho, trouxe interessante conceito numa das decisões que relatou: "a dignidade consiste na percepção intrínseca de cada ser humano a respeito dos direitos e obrigações, de modo a assegurar, sob o foco de condições existenciais mínimas, a participação saudável e ativa nos destinos escolhidos, sem que isso importe destilação dos valores soberanos da democracia e das liberdades individuais. O processo de valorização do indivíduo articula a promoção de escolhas, posturas e sonhos, sem olvidar que o espectro de abrangência das liberdades individuais encontra limitação em outros direitos fundamentais, tais como a honra, a vida privada, a intimidade, a imagem. Sobreleva registrar que essas garantias, associadas ao princípio da dignidade da pessoa humana, subsistem como conquista da humanidade, razão pela qual auferiram proteção especial consistente em indenização por dano moral decorrente de sua violação".

Para Reale, a evolução histórica demonstra o domínio de um valor sobre o outro, ou seja, a existência de uma ordem gradativa entre os valores; mas existem os valores fundamentais e os secundários, sendo que o valor fonte é o da pessoa humana. Nesse sentido, são os dizeres de Reale: "partimos dessa ideia, a nosso ver básica, de que a pessoa humana é o valor-fonte de todos os valores. O homem, como ser natural biopsíquico, é apenas um indivíduo entre outros indivíduos, um ente animal entre os demais da mesma espécie. O homem, considerado na sua objetividade espiritual, enquanto ser que só realiza no sentido de seu dever ser, é o que chamamos de pessoa. Só o homem possui a dignidade originária de ser enquanto deve ser, pondo-se essencialmente como razão determinante do processo histórico".

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – GEOGRAFIA

Fundamentos teórico-metodológicos da área de Geografia: A história do pensamento geográfico no Brasil. Evolução da Geografia Escolar no Brasil. Metodologias de ensino da Geografia.	01
Cartografia: Localização e orientação. Formas de representação (projeções, mapas temáticos e gráficos). Elementos da linguagem cartográfica. Sistema de referência (coordenadas geográficas). Escalas. Fusos horários.	06
Regionalização: formas de organização do espaço geográfico nacional e mundial. Conceitos de: fronteira, lugar, espaço, paisagem, região e território.....	17
Urbanização e industrialização: Fatores de localização industrial. Tipos de indústria. A indústria no Brasil. Evolução das cidades. Rede e hierarquia urbana.	21
Espaço agrário mundial e brasileiro: Revolução Verde. Êxodo rural. Estrutura fundiária no Brasil. Sistemas agropecuários e modernização da agricultura. Relações de trabalho e conflitos no campo.....	27
Problemas ambientais: globais, urbanos e rurais.....	30
Teorias demográficas: crescimento, distribuição e estrutura da população. dinâmica populacional.	33
A globalização e a organização do território em diferentes escalas.....	37
Blocos econômicos e comércio mundial.....	44
Elementos formadores da paisagem: relevo, hidrografia, clima e vegetação nos diferentes espaços.....	45
Geografia do Paraná: aspectos físicos e humanos. Localização geográfica, organização espacial e atividades econômicas	49

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ÁREA DE GEOGRAFIA: A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL. EVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA ESCOLAR NO BRASIL. METODOLOGIAS DE ENSINO DA GEOGRAFIA.

A História do Pensamento Geográfico é um ramo da disciplina geográfica em que se estuda os postulados, pensamentos e correntes dos autores que contribuíram para a sistematização da geografia como disciplina acadêmica no Século XIX.

A Geografia teve seu início na Grécia Antiga e era chamada de História Natural ou Filosofia Natural. O ocidente era dominado por gregos interessados em descobrir novos territórios, por isso a necessidade do conhecimento do ambiente físico e até de fenômenos da natureza se fazia necessário.

O Pai da Geografia, em sua especulação sobre o formato da Terra, acabou escrevendo um obra de 17 volumes, 'Geographicae'. Nessa obra, Strabo descrevia suas próprias experiências no mundo e, apesar de muitos equívocos registrados em seus estudos, ele se tornou o pai da geografia.

Os grandes herdeiros da geografia grega foram os árabes e isso resultou em muitos trabalhos traduzidos do grego para o árabe. Esse povo acabou recuperando e aprofundando o estudo da geografia e, já no século XII, Al-Idrisi apresentaria um sofisticado sistema de classificação climática. Em viagens à África e à Ásia, outro explorador árabe, Ibn Battuta, encontrou a evidência concreta de que, ao contrário do que afirmara Aristóteles, as regiões quentes do mundo eram perfeitamente habitáveis.

A confirmação do formato global da Terra veio quinze anos mais tarde, em uma viagem de circunavegação realizada pelo navegador português Fernando Magalhães, permitindo mais precisão das medidas e observações.

No século XIX, cientistas como Alexander Von Humboldt (1769-1859), Karl Ritter (1779-1859) e Friedrich Ratzel (1844-1904) elaboraram trabalhos sobre os princípios metodológicos da Geografia. Isso a tornou uma ciência explicativa e não mais apenas reduzida à tarefa da descrição.

Ratzel, no final do século XIX, considerou a influência exercida pelas condições naturais na vida do ser humano como objeto de estudo da Geografia. A partir daí, originou-se o 'determinismo geográfico' que foi influenciado pelas teorias de Lamarck e de Darwin.

Através de sua obra 'Antropogeografia', Ratzel defende que as leis regedoras da história humana são as mesmas que regem as espécies vegetais e animais. Conforme esse autor, o homem é produto do meio geográfico em que vive e o meio natural exerce uma ação dominadora sobre o homem, o qual deve se submeter àquele meio. Indiretamente, o pensamento determinista geográfico acabou responsável por partes das teorias de superioridade racial surgidas nos séculos XIX e XX e, também, serviu de base para a expansão do capitalismo neocolonial nos séculos XVIII e XIX.

No século XX, a geografia passou a lidar com novos conceitos e métodos. No começo, a geomorfologia foi o campo geográfico de maior atração, onde predominavam as teorias do americano William Morris Davis – que desenvolveu o conceito de ciclo de erosão e constituiu uma nova geração de profissionais da geografia.

O advento da fotografia aérea demonstrou ser um útil instrumento de trabalho, mas ainda mais eficiente foi a tecnologia advinda do sensoriamento remoto, que resultou em novas formas de análises. Podemos citar entre essas, a **geografia da percepção**, que admite que qualquer indivíduo tenha sua própria visão sobre o meio em que vive e é mensurada através de mudanças na economia, na sociedade, cultura e nas pessoas; a **geografia radical**, que tem foco na observação analítica dos processos ocorridos na sociedade como a desigualdade, o subdesenvolvimento e a pobreza; e a **geografia de gênero**, que foi criada na década de 80 no Reino Unido e nos Estados Unidos e tem uma pequena ligação com o movimento feminista, analisando as relações entre homens e mulheres em cada área geográfica e a função da mulher na sociedade.

As metodologias de trabalho da Geografia tiveram evolução rápida nas recentes décadas graças aos avanços da computação e ao uso de sistemas de análise remota da superfície da Terra.

1. Evolução da Geografia Escolar no Brasil

A trajetória da Geografia como ciência escolar teve início ainda no século XIX. Em 1837, a Geografia foi implantada como disciplina escolar obrigatória pela primeira vez no Brasil, fato que aconteceu no Colégio Pedro II (Rio de Janeiro). O principal objetivo de instituir tal ciência era a capacitação política de uma camada da elite brasileira que pretendia se inserir nos cargos políticos e nas demais atividades relacionadas.

Por volta do ano de 1900, a ciência se consolidou nas escolas de praticamente todo o território brasileiro. A principal característica desse momento era a disseminação da ideia de se conhecer os aspectos naturais regionais, com o intuito de criar no estudante um sentimento de patriotismo.

Cinco anos mais tarde, em 1905, foi lançado o livro *Compêndio de Geografia Elementar* (de Manuel Said Ali Ida). Nesse trabalho o principal foco era a abordagem do Brasil de maneira regionalizada, com intuito de conhecer melhor os aspectos regionais do país.

Em 1934, a Geografia chegou às instituições universitárias, pois o curso foi implantado na Universidade de São Paulo. O quadro de professores era formado por docentes de tendências tradicionais, influência da escola francesa.

No ano de 1966, Yves Lacoste publicou sua obra *Geografia do Subdesenvolvimento*. A partir desse fato teve início as primeiras propostas oriundas das ideias da Geografia crítica no Brasil. Nos anos 70, período no qual o país vivenciou uma ditadura militar, a Geografia e a História foram unificadas em uma única disciplina, denominada de Estudos Sociais. Essa iniciativa do Governo Militar visava coibir o surgimento de movimentos, apoiados na ideia de que a Geografia e a História figuravam como uma ameaça política.

No final da década de 70, em 1978, o maior geógrafo brasileiro, Milton Santos, lançou uma obra intitulada de Por uma Geografia Nova. Este trabalho despertava a importância da realização de estudos direcionados às relações sociais e seus problemas.

Doze anos mais tarde, após a publicação de uma pesquisa em que ficou comprovado o baixo nível de conhecimento acerca da Geografia, foi aberto no Brasil debates e discussões sobre as perspectivas da ciência para o século XXI, especialmente no processo de ensino-aprendizagem.

Em 1993, o núcleo de Pesquisa Sobre Espaço e Cultura da Universidade Estadual do Rio de Janeiro foi inaugurado. E por fim, uma das mudanças de maior relevância no Brasil aconteceu em 1998, com o lançamento oficial dos objetivos da Geografia, que afirma que os educandos necessitam conhecer e compreender as relações entre a sociedade e também a dinâmica da natureza e suas paisagens.

O ensino de Geografia do 1º ao 5º ano deve se apoiar em saídas de campo, leitura de textos de todos os gêneros e na produção e interpretação de mapas

O homem do século 21 revê o seu relacionamento com o meio ambiente e estuda as consequências de sua interação desmedida com a natureza. As fronteiras políticas se alteram por acordos ou guerras. A globalização aproxima, ao mesmo tempo que coloca em conflito diferentes povos. Com tudo isso, a maneira de ensinar a ciência que estuda a Terra e suas transformações também se modifica. A Geografia tem passado por amplas tentativas de renovação para conseguir formar estudantes capazes de compreender as relações entre a sociedade e a natureza. Nessas idas e vindas, foram criados caminhos e, às vezes, também equivocados. Hoje existem três perspectivas de ensino que, segundo os especialistas, devem ser trabalhadas de forma complementar para que o espaço - principal objeto de estudo da disciplina - seja bem compreendido: a perspectiva tradicional, a crítica e a cultural.

Quando o foco da Geografia estava nas descrições físicas dos lugares, os estudos se concentravam em identificar os componentes da paisagem (tipos de vegetação, relevo e clima), o número de habitantes e o nome de cidades e rios importantes que banham a região. Essa abordagem, chamada de tradicional, era "a ciência dos lugares e não dos homens", na definição do francês Vidal de La Blache (1845-1918). "Acreditava-se que, se os alunos conhecessem as características físicas do território, desenvolveriam uma consciência de nação", conta Francisco Capoano Scarlato, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Na década de 1960, alguns geógrafos, em especial os franceses, passaram a defender que o estudo deveria se posicionar criticamente frente à realidade e à ordem constituída - e o geógrafo ser um agente de transformação social. Assim, a disciplina se aproximou das ciências políticas. "Era a corrente crítica se opondo à tradicional. As principais características dessa concepção eram estudar o homem interagindo sobre o meio e conceber as relações sociais e de trabalho como decisivas na transformação do território", explica Marcos Bernardino de Carvalho, coordenador da pós-graduação em Geografia da Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo. Nela, cabe ao professor mostrar os problemas sociais e, ao mesmo tempo, despertar nos alunos a consciência sobre seu papel como cidadãos ativos na resolução dos problemas locais e gerais.

Uma das respostas a essa questão veio de pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo da Geografia cultural - corrente criada na Alemanha no fim do século 19. Ela defende um relacionamento mais próximo com ciências como História, Antropologia, Sociologia, Filosofia e Psicologia, tendo foco na cultura e nas representações que o homem faz de si, dos outros e do espaço. "O valor que as pessoas atribuem à mata próxima da casa, ao shopping onde fazem compras ou às praças é levado em conta para retratar a realidade", explica Roberto Lobato Correa, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Muitos educadores acharam que a análise da relação do homem com seu meio aprofundaria o conhecimento sobre os territórios. A capacidade dos alunos de compreender o mundo e dar significado ao que se aprende na disciplina, aproximando o conhecimento escolar das próprias vidas, também seria facilitada. Afinal, no mundo globalizado são a cultura e as manifestações locais que garantem a noção de pertencimento a um lugar.

Uma das respostas a essa questão veio de pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo da Geografia cultural - corrente criada na Alemanha no fim do século 19. Ela defende um relacionamento mais próximo com ciências como História, Antropologia, Sociologia, Filosofia e Psicologia, tendo foco na cultura e nas representações que o homem faz de si, dos outros e do espaço. "O valor que as pessoas atribuem à mata próxima da casa, ao shopping onde fazem compras ou às praças é levado em conta para retratar a realidade", explica Roberto Lobato Correa, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Muitos educadores acharam que a análise da relação do homem com seu meio aprofundaria o conhecimento sobre os territórios. A capacidade dos alunos de compreender o mundo e dar significado ao que se aprende na disciplina, aproximando o conhecimento escolar das próprias vidas, também seria facilitada. Afinal, no mundo globalizado são a cultura e as manifestações locais que garantem a noção de pertencimento a um lugar.

2. União de abordagens

Nas escolas brasileiras, a perspectiva tradicional, a crítica e a cultural dividem espaço nas salas de aula (leia o quadro acima). E isso é positivo. Para falar do rio que passa pela cidade, por exemplo, o professor pode começar pelo estudo da nascente e dos municípios que ele banha, abordando o conceito de mata ciliar (análise descritiva da perspectiva tradicional); trabalhar o impacto da produção industrial e as dificuldades econômicas dos ribeirinhos (relação entre a economia e as consequências sociais defendidas pela perspectiva crítica); pedir pesquisas sobre a relação da população com o curso d'água e a importância para a cultura local (objetos de estudo da perspectiva cultural).

Para quem dá aulas, o desafio é se preparar, buscando vivência cultural e formação embasada em teorias, com o domínio das didáticas específicas (leia entrevista abaixo). “Para que os alunos compreendam as transformações no território e relacionem os conteúdos estudados ao que viram na televisão ou a algo que ocorreu na vizinhança, eles precisam entrar em contato com conceitos estruturantes da área, como paisagem, lugar e território”, destaca Levon Boligian, autor de livros didáticos.

3. Mitos pedagógicos

Com as mudanças nas metodologias de ensino, muitas práticas foram colocadas em segundo plano, quando ainda deveriam figurar como estratégias de ensino:

Geografia está só no livro didático

Não. Ela está presente no noticiário, nas grandes obras literárias etc. Todas as fontes são úteis para aumentar a percepção do aluno.

Evitar mapas de contorno

Transformar a cartografia em atividade mecânica não é o ideal. Mas os alunos precisam conhecer as formas de continentes, países e estados. Os contornos devem entrar dentro de uma seqüência de atividades que garanta a compreensão da cartografia.

Não é preciso memorizar

Mentira. É importante que os alunos saibam nomear capitais, estados e rios que banham a região. Cabe ao professor dar sentido à memorização.

4. Ajuda tecnológica

A disciplina tem como uma de suas principais ferramentas a cartografia. Logo, nenhum estudo dessa área será completo se a criança não souber interpretar e produzir mapas. Essa alfabetização cartográfica começa nas séries iniciais (com a confecção de planos da sala de aula ou da escola e de mapas do tesouro) e perpassa toda a escolaridade. “Os desenhos de observação são essenciais em Geografia. Com a intervenção do professor, a garotada entende que as noções espaciais são usadas por todas as pessoas diariamente e que é possível representar a realidade de uma maneira que todos entendam”, ressalta Sueli Furlan, selecionadora do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10. O aprendizado dessa linguagem comum se dá quando as noções topológicas (perto e longe, alto e baixo, por exemplo) e de proporção, redução e escala são trabalhadas em sala de aula, assim como o significado das legendas e dos símbolos que representam a paisagem.

Mas as atividades de cartografia ganham outra dimensão com o uso da tecnologia. “Páginas gratuitas na internet, como as do Google Earth, proporcionam a visualização das cidades, permitindo a localização de lugares”, exemplifica Levon Boligian. Uma idéia é dar coordenadas geográficas para que os alunos encontrem no globo o ponto correspondente, levando-os a ler sobre o significado de cada número. “Com uma seqüência de atividades bem elabora-

da, a turma vai entender latitude e longitude e a importância da divisão do planeta em linhas de localização”, diz Bolivian. Já no estudo sobre a ocupação de regiões, esse mesmo programa permite comparar imagens. Fotos aéreas de São Paulo e de uma cidade africana, por exemplo, levam à reflexão sobre as diferentes formas de ocupar e organizar o espaço, revelando um pouco da cultura desses lugares.

Apesar da importância da cartografia, a observação continua sendo a essência do trabalho do geógrafo. Por isso, as saídas a campo estão cada vez mais presentes no planejamento das aulas. “Nelas, o estudante colhe informações que garantirão a compreensão da realidade”, destaca Sueli Furlan. Esse tipo de estudo não requer viagens longas: pode ser realizado no bairro ou em uma visita ao centro da cidade. Porém é fundamental haver uma orientação clara do professor na produção de pautas de observação e na escolha de materiais que permitam detectar as mudanças ocorridas no local, como fotos antigas, mapas e ilustrações.

5. Leituras múltiplas

Ler é um procedimento fundamental em Geografia. O contato com diversos gêneros, literários e informativos, faz com que a garotada aprenda a buscar informações em várias fontes. “A literatura ajuda as crianças a perceber o contexto no qual aquele espaço está inserido e a desenvolver a capacidade de descrever os lugares, destacando as características mais importantes de acordo com a intenção”, explica Sueli. Indicar a leitura de grandes nomes da literatura é um ótimo caminho para desenvolver o imaginário do aluno, sair da visão puramente científica da disciplina e lembrar que a Geografia tem uma ligação humana e prática.

Todo o esforço de unir as perspectivas tradicional, crítica e cultural na sala de aula, e juntar a elas os recursos adequados para ensinar, tem como finalidade fazer com que o estudante avance nos conhecimentos geográficos (leia o quadro abaixo) e perceba quanto eles são aplicados no dia-a-dia, seja no mapa mental elaborado quando ele vai de casa para a escola, seja na observação e na compreensão dos costumes locais. “A ideia é fazer os jovens entenderem que ser cidadão é também ter o sentimento de pertencer a uma realidade na qual as interações entre a sociedade e a natureza formam um todo que está constantemente em transformação”.

6. Linha do tempo do ensino de Geografia no Brasil

1837 O Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, é a primeira escola brasileira a incluir Geografia nas disciplinas obrigatórias. A intenção é criar uma elite nacional capaz de ocupar quadros políticos e administrativos.

1900 A área ganha espaço nas escolas de todo o país. Acredita-se que, conhecendo as características físicas do local, o sentimento de nacionalismo e patriotismo será despertado nos estudantes.

1905 O livro *Compêndio de Geografia Elementar*, de Manuel Said Ali Ida (1861-1953), propõe o estudo do Brasil por regiões, abrindo espaço para melhor conhecer o território nacional.

1934 O departamento e o curso superior de Geografia são criados na Universidade de São Paulo. A maioria dos professores era da escola francesa e defendia a abordagem tradicional.

1966 O livro Geografia do Subdesenvolvimento, de Yves Lacoste, é lançado no Brasil. Com a publicação, as teorias da Geografia crítica começam a ecoar em todo o país.

1971 Durante o período militar, Geografia e História são aglutinadas na disciplina Estudos Sociais. O governo acredita que o conhecimento dessas áreas é uma ameaça à hegemonia nacional.

1978 Milton Santos (1926-2001), considerado o maior geógrafo do Brasil, publica o livro Por Uma Geografia Nova, no qual preconiza a importância do estudo das questões sociais.

1990 Com a pesquisa que mostrou a deficiente formação dos estudantes americanos, se inicia um debate sobre o papel da disciplina no século 21 e os reais objetivos de aprendizagem.

1993 Inaugurado o Núcleo de Pesquisa Sobre Espaço e Cultura da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que divulga estudos e pesquisas realizados de acordo com essa abordagem.

1998 A publicação dos PCNs lista os objetivos da disciplina. Os alunos precisam compreender as relações entre a formação da sociedade e o funcionamento da natureza com base na paisagem.

7. Metodologias mais comuns no ensino de Geografia

Até meados de 1970, o ensino da disciplina era ancorado apenas em uma abordagem. Depois, duas novas correntes surgiram.

TRADICIONAL

Tem como principais nomes o alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) e o francês Vidal de La Blache (1845-1918). A natureza é o mote do estudo.

Foco - Descrever o território e conhecer características físicas, número de habitantes, língua oficial e capitais de estados e países.

Estratégias de ensino - Aulas expositivas apoiadas no conhecimento enciclopédico, que dever ser decorado.

CRÍTICA

Surgiu no período pós-Guerra Fria propondo uma postura questionadora, com o homem como principal objeto de estudo. Os principais pensadores, como o francês Yves Lacoste, defendem uma mudança da realidade social.

Foco - Formar militantes que lutem para transformar a estrutura social. Conhecer a natureza e as mudanças no espaço ocorridas em decorrência das relações de trabalho e da luta de classes.

Estratégias de ensino - Debates e discussões sobre a realidade social mediados pelo professor. Saídas a campo, contato com a realidade e problematização de temas sociais.

CULTURAL

Fundada em 1890 pelo alemão Otto Schlüter (1872-1959). As relações e os significados que os homens atribuem ao espaço, à história e à cultura locais são elementos importantes para a compreensão da Geografia.

Foco - Conhecer sentimentos, representações e idéias que um grupo tem do lugar com base nas experiências pessoais. A distribuição das manifestações culturais é objeto de estudo.

Estratégias de ensino - Moradores locais e os alunos são fontes de informação. Ênfase em saídas a campo, debates e análises.

8. Abordagens no Ensino da Geografia: Geografia Tradicional versus Geografia "Renovada"

A preocupação com relação ao ensino de Geografia é evidente e ao longo do tempo, fez com que surgissem pesquisas que tratassem desta temática analisando as transformações ocorridas na disciplina escolar. Esta preocupação vem sendo apresentada nas últimas décadas, propiciando um constante repensar das práticas pedagógicas utilizadas por esta disciplina.

Partindo deste pressuposto, vale lembrar que essas práticas pedagógicas no âmbito da Geografia se fundamentaram em diversas abordagens a exemplo da tradicional e renovada, sendo que a primeira, se consolidou de forma muito drástica no âmbito brasileiro, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, com o golpe militar de 64 (GERBRAN, 2003).

Kimura (2010) reforça este fato afirmando que essas abordagens foram objeto de discussões acaloradas na área educacional tanto em nível mundial quanto no território brasileiro estendendo-se a década de 1980. Contudo, percebe-se que, nos dias de hoje, ainda permanecem enraizadas sob outros olhares e com maior ou menor intensidade de tradicionalismo.

O movimento de renovação da Geografia para alguns autores foi marcado pela disputa de hegemonia de dois núcleos principais, um aglutinado a uma Geografia dita "tradicional", que se mantinha tal como havia se estruturado nas primeiras décadas do século XX e, outro, que representava uma Geografia Nova, que buscava suplantá-la tradicional, que se proclamava "crítica" (CAVALCANTI, 2010).

Desta forma, pode-se afirmar que o ensino de Geografia foi influenciado primordialmente por essas duas abordagens e por suas metodologias. Nessa direção, Kimura (2010, p.74-75) aponta ainda que:

As concepções sobre a transmissão do conhecimento julgavam que o aluno permanecia em uma relação muito passiva no ensino-aprendizagem, sendo tratado como um receptáculo vazio e dócil, pronto para ser preenchido pelo conhecimento emanado do professor, que, sendo o dono do saber, era o único a expressar-se.

Gerbran (2003) complementa descrevendo que as concepções que vincularam a trajetória do ensino pautaram-se, inicialmente, no referencial da Geografia Tradicional que, se baseava no Positivismo, sendo adotada de forma fragmentada como um ensino descaracterizado e ministrado como Estudos Sociais, conforme a Lei Federal nº 5692/71.